



CARTA DA GUANABARA

De 20 a 24 de setembro de 2023, reuniram-se mais de 3 mil pessoas em Niterói, às margens da Baía da Guanabara, para participar do 2º Congresso Brasileiro de Trilhas. Governantes, caminhantes, ambientalistas, gestores de unidades de conservação, representantes de povos originários, comunidades tradicionais, assentamentos, empreendedores, ciclistas, remadores, peregrinos, cientistas, profissionais de meio ambiente, turismo, saúde, educação, comunicação e diversos outros ramos do conhecimento, voluntárias e voluntários que têm generosamente se dedicado ao planejamento, implantação, manejo e sinalização de centenas de trilhas de todos os estados do país, estiveram juntos ao longo destes 4 dias trocando experiências, aprendizados e lições, sempre com muita motivação e esperança.

A Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade – formalizada como política pública nacional desde 2018 – está se tornando uma das mais poderosas ferramentas de suporte à conservação da biodiversidade do país. Na Década da ONU para a Restauração de Ecossistemas 2021-2030, esta rede tem demonstrado também sua potência para alavancar os esforços de recuperação da vegetação nativa, dentro e fora das unidades de conservação, além de fortalecer os princípios da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Acreditamos no poder transformador da cooperação eficiente e proativa entre Poder Público, setor privado, sociedade civil organizada, comunidades locais, povos originários, comunidades tradicionais e assentamentos. Reconhecemos e celebramos o trabalho voluntário, valorizamos as parcerias, e entendemos que cada trilha traz em si o saber, a cultura, o pertencimento e o compromisso das pessoas, empresas e instituições que pertencem àquele território. De baixo para cima, de maneira horizontal, respeitosa e colaborativa, vamos tecendo a rede que nos une e nos congrega.

No momento em que o Governo Federal lidera a construção de um plano para transformação ecológica da economia nacional, é imperativo registrar o enorme potencial das atividades de uso público, turístico, esportivo e de recreação em ambientes naturais. As trilhas atuam como um catalisador fundamental desta transformação, todavia precisam ser compreendidas como peça motriz desta engrenagem. É preciso reconhecer e valorizar a economia verde, incentivando a geração de oportunidades de empreendedorismo, trabalho, renda e inovação no ambiente de interseção entre turismo, esporte, recreação e meio ambiente, entendendo as trilhas como vetores de conservação, qualidade de vida e educação.

A Carta dos Goyazes, aprovada na plenária do 1º Congresso, realizado em Goiânia em 2022, apresentou o contexto nacional e internacional e assentou as premissas e desafios à partir das quais construímos esse movimento. Esta nova carta, lida e aprovada na Plenária Final do 2º Congresso Brasileiro de Trilhas, ratifica nossos compromissos e apresenta nossos anseios, nossas propostas, nossos pleitos, que registramos a seguir:

- Desejamos que seja criada uma política pública com diretrizes, papéis institucionais, investimentos e uma instância de governança participativa, representativa e permanente para a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade, incluindo as três esferas de governo, a sociedade civil organizada, as comunidades locais, povos tradicionais, academia e iniciativa privada.
- Ansiamos pela implementação de uma estratégia nacional de Educação Ambiental com foco na conduta consciente durante a visitação de áreas naturais e prática de atividades esportivas e de aventura.





- Demandamos incentivo e investimentos em programas para implementação, manejo, sinalização, infraestrutura das trilhas, bem como qualificação profissional para os serviços e empreendimentos de apoio e suporte às mesmas.
- Propomos que os órgãos responsáveis pela gestão das políticas, sistemas e unidades de conservação, designem equipes específicas e dedicadas ao desenvolvimento, coordenação e monitoramento da implementação, manejo e operação das trilhas nas suas alçadas.
- Ansiamos por programas e iniciativas de monitoramento continuado dos impactos positivos e negativos associados à implementação e uso das trilhas, incluindo aqueles relacionados à geodiversidade, biodiversidade, cultura, patrimônio histórico, renda e demais aspectos sociais, ambientais e econômicos.
- Reforçamos a necessidade da criação de mecanismos de financiamento, fomento, alocação de recursos orçamentários, a captação de doações, investimentos não-reembolsáveis e fundos de cooperação, que viabilizem ações de implementação e governança das trilhas integradas à Rede Nacional.
- Convocamos os agentes do setor financeiro, agentes de investimento e fomento para que estruturam linhas de financiamento que atendam às demandas dos diversos setores produtivos relacionados com a operação de trilhas e atividades de turismo, turismo de base comunitária, esporte e recreação em ambientes naturais, contemplando pequenos e médios agricultores, proprietários de terras, micro, pequenos e médios empresários, associações, organizações não governamentais e consórcios intermunicipais envolvidos nas mais diversas atividades e serviços relacionados à operação e uso público das trilhas.
- Evocamos a todos os agentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente para que incorporem as trilhas e o uso público das unidades de conservação, mosaicos, corredores ecológicos e reservas da biosfera em seu planejamento estratégico, em suas políticas governamentais e setoriais e planos de manejo, compreendendo a relevância destes como ferramentas para a conservação da biodiversidade, proteção das águas, proteção do patrimônio natural, manutenção dos serviços ecossistêmicos, respeito aos modos de vida tradicionais, promoção do bem-viver e restauração da conectividade das paisagens naturais.
- Realçamos a importância da criação de mecanismos financeiros para RPPN's abrangidas pelo sistema de trilhas.
- Atentamos para a necessidade de conciliação entre as concessões de serviços e atividades de uso público nas unidades de conservação e as ações voluntárias mobilizadoras, que materializam o engajamento da sociedade na implementação, manejo, sinalização e operação das trilhas.
- Destacamos a importância dos aspectos multimodais das trilhas, rotas e caminhos em estradas vicinais, priorizando a proteção das múltiplas possibilidades de utilização dessas vias.
- Propomos que os milhares de quilômetros de trilhos ferroviários desativados - que não podem mais ser utilizados para este fim - sejam transformados em trilhas multimodais e corredores ecológicos.





- Ressaltamos a importância do papel do poder público local, como prefeituras, consórcios, assim como associações e outras organizações do terceiro setor na composição da governança das trilhas, rotas e caminhos, engajando representantes dos setores ambiental e do turismo.
- Conclamamos sobre a necessidade dos operadores do setor de viagens e turismo trabalharem no desenvolvimento das trilhas brasileiras.
- Ressaltamos a importância da promoção das trilhas, rotas e caminhos na política pública de turismo considerando as suas diversas ferramentas de incentivo e desenvolvimento, mobilizando recursos para atendimento, qualificação e estruturação de pequenos negócios que atendam a esse segmento de mercado.
- Realçamos a importância de engajamento e comprometimento do Sistema “S” para a viabilização de ferramentas, projetos, programas de qualificação e investimentos nas trilhas e seus entornos.

Os signatários da Carta da Guanabara afirmam seu compromisso inequívoco no incentivo da consolidação da REDE NACIONAL DE TRILHAS DE LONGO CURSO E CONECTIVIDADE, como ferramenta de conservação, aparelho de recreação, lazer e saúde para todas as pessoas e como um importante instrumento de geração de emprego e renda para as comunidades por onde a trilha passa. Que a REDE seja inspiradora como sinônimo de união, apoio mútuo e conectividade, que pertença a todos e que seja motivo de orgulho para o Brasil.

NITERÓI, 23 DE SETEMBRO DE 2023.

